



Da esquerda para a direita, Alysson Paolinelli (ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Ricardo Tomczyk (presidente do Conselho Consultivo do Instituto Pensar Agropecuária), Roberto Balestra (deputado federal e coordenador da Comissão de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA), André Nassar (secretário de Política Agrícola do MAPA) e Luís Carlos Heinze (deputado federal e ex-presidente da FPA)

## SEMINÁRIO PREPARATÓRIO

# PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2016/17



Promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA), o evento foi realizado em Brasília, na Câmara dos Deputados, no mês passado. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) se fez presente, juntamente com outras entidades setoriais, políticos, autoridades governamentais, dentre outros. Os trabalhos tinham como objetivo debater os cenários e colher sugestões sobre as diretrizes e as prioridades para a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2016/17, que começa em julho próximo e vai até junho de 2017.

A política agrícola deve priorizar o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), diante do compromisso assumido para redução das suas emissões, na 21ª Conferência das Partes Sobre Mudanças Climáticas, realizada no final do ano passado.

O setor produtivo de cana-de-açúcar solicita adequação no pagamento dos investimentos para plantio

da cana de dezoito meses, mais a sua inclusão nos Programas ABC, de Renovação e Ampliação de Canaviais (PRORENOVA), de Estocagem de Etanol e de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

A preocupação começa na avaliação do cenário de crise econômica do País, diante da previsão para o ano de outro PIB negativo e de inflação acima da meta. Se não fosse o desempenho positivo do agronegócio, o contexto estaria muito pior. Existem outras variáveis para serem consideradas. Com algumas exceções, como no caso do açúcar, os preços internacionais das *commodities* agrícolas sofreram queda. Por sua vez, houve quebras localizadas de safra em algumas regiões do País.

A necessidade imperiosa de ajuste fiscal afeta a disponibilidade de recursos para todas as atividades, inclusive a da agropecuária. Para controlar a inflação, a política monetária fica mais severa, com aumento na taxa Selic em 1,5% nos últimos doze meses. Tanto

a queda nos depósitos à vista dos bancos como a redução da aplicação na poupança rural diminuem a disponibilidade de recursos para o crédito rural.

Assim, ficam longe da perspectiva um aumento na quantidade de recursos e uma diminuição na taxa de juros do crédito. Com menos grau de liberdade para subvencionar dinheiro novo, o Tesouro Nacional terá de aumentar a subvenção de créditos de investimento das safras anteriores. A equalização das taxas de juros exigirá mais recursos para cobrir a diferença entre o aumento da taxa Selic e as taxas de juros menores das operações de crédito concedidas nas safras anteriores.

No curto prazo, existe o cumprimento da promessa oficial de disponibilizar R\$ 10 bilhões para o chamado “pré-custeio”, com a compra antecipada de insumos para a safra 2016/17 no segundo trimestre. No ano passado, sem a chegada de dinheiro, houve muita decepção no setor produtivo. Como será neste ano?

De acordo com os dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), o custo de produção da soja e do milho no estado do Mato Grosso cresceu mais de 70% entre as safras 2012/13 e 2016/17. Este aumento serve de referência para o País. A grande demanda por crédito rural acontece justamente no custeio, com participação em praticamente 60% do total.

Para comparação, o montante de crédito com juros controlados entre as safras 2012/13 e 2015/16

#### BRASIL: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL (EM R\$ BILHÕES)

| SAFRA   | PROGRAMADO | LIBERADO |
|---------|------------|----------|
| 2008/09 | 78,0       | 74,4     |
| 2009/10 | 108,0      | 98,2     |
| 2010/11 | 116,0      | 106,0    |
| 2011/12 | 123,2      | 106,3    |
| 2012/13 | 133,2      | 139,0    |
| 2013/14 | 157,0      | 179,5    |
| 2014/15 | 156,1      | 155,0    |
| 2015/16 | 187,7      | -        |

Fonte: MAPA

aumentou em 25%, de R\$ 111,6 bilhões para R\$ 139,0 bilhões. Esta elevação da oferta de recurso não acompanhou o crescimento do custo de produção. Se se adotar o aumento de custo calculado pelo IMEA, a quantidade necessária para a safra 2016/17 estaria próxima de R\$ 189,7 bilhões.

Nessa conta entram, ainda, os financiamentos para investimentos, cujo desembolso na safra 2014/15, até fevereiro deste ano, somou R\$ 13,5 bilhões, apenas um terço do volume registrado nas safras 2012/13 e 2013/14. Houve uma despencada nessas operações. Para o final da safra 2015/16, está previsto um total de R\$ 20,0 bilhões. Com a temporada de feiras realizadas no primeiro semestre, como o dinheiro reservado para o Moderfrota deverá ser insuficiente, o Governo terá de deslocar recursos de outras fontes.

ISTOCKPHOTO





Para a próxima safra, de 2016/17, se houver uma reposição normal de máquinas e equipamentos, será necessário praticamente dobrar as vendas em comparação com a safra atual. Isso significa uma proposta na oferta de crédito na ordem de R\$ 35 bilhões. Então, para a manutenção da mesma situação verificada na safra 2012/13, a quantidade de crédito para custeio (R\$ 189,7 bilhões) e investimento (R\$ 35,0 bilhões) alcançaria R\$ 224,7 bilhões para a safra 2016/17.

**BRASIL: PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO - PAP**  
(EM BILHÕES)

| ITEM                    | 2013/14      | 2014/15      | 2015/16      |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>1. Custeio</b>       | 97,6         | 112,0        | 147,5        |
| Juros controlados       | 82,2         | 89,0         | 94,5         |
| Juros livres            | 15,4         | 23,0         | 53,0         |
| <b>2. Investimentos</b> | 38,4         | 44,1         | 40,2         |
| Juros controlados       | 38,1         | 43,7         | 33,0         |
| Juros livres            | 0,3          | 0,4          | 7,2          |
| <b>Total (1 + 2)</b>    | <b>136,0</b> | <b>156,1</b> | <b>187,7</b> |

Fonte: MAPA

Quando lançou o PAP da safra 2015/16, o Governo programou a liberação de R\$ 187,7 bilhões, mas o desembolso efetivo deverá ficar em torno de R\$ 150 bilhões. Nesta dotação, foram incluídos R\$ 30 bilhões com operações das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Esse plano não decolou porque os agentes financeiros ainda não estavam devidamente preparados para desenvolver esse novo modelo.

Com a desaceleração dos recursos captados pelos depósitos à vista e da poupança rural, a saída é intensificar a oferta de recursos para financiar o custeio da safra agrícola com fontes da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA), da Cédula de Produto Rural (CPR) e do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). O volume destes títulos em carteira somava R\$ 204,7 bilhões em dezembro de 2015. Apesar de as taxas de juros dessas operações serem mais elevadas do que as controladas no crédito rural, essa é a tendência dos financiamentos para o campo.



## SEGURO RURAL

No tocante ao seguro rural, a decepção é muito grande. A subvenção ao prêmio do seguro em 2015, de R\$ 282 milhões, representou cerca de 60% do valor de 2014. Para 2016, a disponibilidade anunciada foi R\$ 400 milhões. A crítica é dura com a insuficiência da cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e a falta de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para atender a demanda por seguro.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

| ESPECIFICAÇÃO                     | 2013   | 2014   | 2015   | 2016 |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|------|
| Número de apólices (mil)          | 101    | 118    | 65     | 78   |
| Número de produtores              | 65.556 | 80.000 | 40.512 | -    |
| Subvenção concedida (R\$ milhões) | 557    | 693    | 282    | 400  |
| Área segurada (mil hectares)      | 16.843 | 20.000 | 9.600  | -    |
| Capital segurado (R\$ milhões)    | 1.001  | 1.250  | 362    | -    |
| Prêmio arrecadado (R\$ milhões)   | 10     | 10     | 3      | 6    |

Fonte: MAPA

## PRÓXIMOS PASSOS

As reclamações sobre as operações de crédito rural são recorrentes. É o caso das vendas casadas, como a obrigatoriedade do seguro rural para se ter acesso ao crédito rural. Além dos custos cartorários para registrar as células, há, ainda, diferenças nos critérios para a exigência de garantias reais e no atraso das liberações dos empréstimos, dentre outras.

O setor produtivo de cana-de-açúcar solicita adequação no pagamento dos investimentos para plantio da cana de dezoito meses, mais a sua inclusão nos Programas da Agricultura de Baixo de Carbono (ABC), de Renovação e Ampliação de Canaviais (PRORENOVA), de Estocagem de Etanol e de Construção e Ampliação de Armazéns (PSA).

Nesse contexto, o Governo anuncia esforço para melhorar a qualidade dos gastos das políticas públicas, mas o grau de liberdade é pequeno. A proposta é implementar o cadastro nacional de produtividade das lavouras para apoiar o seguro rural e avaliar riscos de produção, com o uso do Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

O MAPA pretende, também, dar mais destaque ao financiamento de comercialização. Como os preços das *commodities* variam no mercado internacional, o agricultor precisa ter segurança e tranquilidade para negociar seu produto em melhor época.

Enfim, o setor produtivo analisa com moderação o lançamento do PAP 2016/17. O tempo é exíguo, e o desafio, enorme. A situação econômica vigente requer o máximo empenho. A formulação de medidas que sustentem o crescimento do agronegócio pelo menos abrandará a perspectiva de uma piora no quadro vigente.

Com a reivindicação para antecipar o anúncio do PAP 2016/17, os próximos passos dos parlamentares da FPA serão elaborar um documento e levar para os ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento. ■